



Educação Inclusiva em Salvador: desafios e tensões na escola pública

Inclusive Education in Salvador: challenges and tensions in public schools

João Max Conceição de Oliveira

Universidade do Estado da Bahia, <https://orcid.org/0000-0002-4322-7796>,

maxtempestatum@gmail.com

Resumo

Este texto tem por objetivo apresentar pesquisa em andamento sobre a inclusão escolar de pessoas com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e aprendizagem no ensino público estadual em Salvador, seus avanços e tensões no processo inclusivo. Fundamentada na Teoria Crítica da Sociedade, a pesquisa pondera a aplicação das políticas inclusivas previstas na Política Nacional de Educação Especial e nas Diretrizes da Educação Inclusiva na Bahia. A empiria desenvolve-se em duas escolas, uma com Sala de Recursos Multifuncionais e outra sem, através de entrevistas semiestruturadas e observações. Os resultados mostram um descompasso entre teoria e prática, evidenciando avanços legislativos, mas também barreiras e preconceitos persistentes. Conclui-se que a pesquisa busca propor reflexões e intervenções para aprimorar a relação entre políticas inclusivas e sua prática nas escolas.

Palavras-chaves: Inclusão Escolar; Políticas Educacionais; Teoria Crítica da Sociedade.

Abstract

This text aims to present ongoing research on the school inclusion of people with disabilities, neurodevelopmental disorders and learning in state public education in Salvador, its advances and tensions in the inclusive process. Based on the Critical Theory of Society, the research considers the application of inclusive policies provided for in the National Special Education Policy and the Guidelines for Inclusive Education in Bahia. The empirical work takes place in two schools, one with a Multifunctional Resource Room and the other without, through semi-structured interviews and observations. The results show a gap between theory and practice, highlighting legislative advances, but also persistent barriers and prejudices. It is concluded that the research seeks to propose reflections and interventions to improve the relationship between inclusive policies and their practice in schools.

Keywords: School Inclusion; Educational Policies; Critical Theory of Society.

1 Introdução

A pesquisa intitulada “Inclusão escolar na educação básica: análise das tensões na escola pública estadual em Salvador” resulta da experiência do autor como professor e de sua convivência com pessoas com deficiência. O interesse por educação



inclusiva surgiu nos primeiros anos de sua atuação, ao ensinar Arte para turmas mistas que incluíam estudantes com deficiência intelectual e surdez. Essa vivência o motivou a buscar formação complementar em temas relacionados à deficiência, aprimorar sua prática pedagógica e assegurar a participação efetiva desses estudantes. A experiência adquirida direcionou seu trabalho para as Salas de Recursos Multifuncionais, anteriormente chamadas de salas de apoio para surdos. Durante os anos 90, a graduação não foi suficiente para enfrentar os desafios da inclusão escolar, levando-o a realizar cursos adicionais em Libras, atendimento educacional especializado e formação em deficiência intelectual. Essa trajetória culminou no mestrado em educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), onde desenvolveu a pesquisa “O Atendimento Educacional Especializado: uma investigação sobre a implantação de salas de recursos multifuncionais em escolas da rede pública estadual em Salvador”.

Historicamente, pessoas com deficiência enfrentaram sofrimento, violência e discriminação, sendo frequentemente marginalizadas. Transformações sociais e as lutas de entidades como a Federação Brasileira de Entidades de Cegos (FEBEC) e a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS) contribuíram para o reconhecimento de seus direitos. Apesar dos avanços no acesso e direitos dessas pessoas, ainda persistem entraves significativos, especialmente na educação. A inclusão escolar está, portanto, imersa em questões complexas como direitos humanos, acessibilidade e preconceito, e a perspectiva da educação inclusiva defende que todos têm direito a uma educação de qualidade e plena.

A Educação Especial e o processo de inclusão nas escolas públicas enfrentam desafios significativos. A literatura aponta dificuldades na implementação da legislação, bem como preconceitos e resistência ao processo inclusivo. Esses fatores destacam a necessidade de uma pesquisa aprofundada sobre a inclusão escolar na cidade de Salvador, que leve em conta as demandas, estruturas e tensões presentes nas instituições. Assim, o problema de pesquisa se configura na seguinte questão: como as contradições, tensões e distanciamentos do processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento se manifestam nas escolas públicas de Salvador, considerando as políticas inclusivas e os desafios enfrentados na sua implementação?

A pesquisa é conduzida em duas escolas públicas: uma que possui Sala de Recursos Multifuncionais e outra que não a possui. Essa distinção permitirá uma análise



comparativa das tensões e das práticas inclusivas. Os documentos que orientarão a análise incluem a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), as Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia (2017), legislações internacionais e a Teoria Crítica da Sociedade como base epistemológica. O estudo abrange questões como preconceito, resistência e a efetividade das políticas inclusivas.

O objetivo geral é investigar os avanços e os entraves no processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência sensorial, físico-motora, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, bem como sua articulação com o atendimento educacional especializado nas escolas públicas estaduais de Salvador. A pesquisa tomará como referência as Diretrizes da Educação Inclusiva do Estado da Bahia, abordando os diferentes segmentos que compõem a escola.

Os objetivos específicos são: tecer considerações críticas sobre o processo de inclusão escolar na educação básica da rede estadual na cidade de Salvador; discutir de que modo a presença de pessoas com deficiência na escola interfere na sua dinâmica e cotidiano (relação inclusão/exclusão nas escolas e suas tensões); evidenciar manifestações de preconceito e resistência ao processo de inclusão escolar, suas configurações, origens e implicações, com vistas a possibilitar enfrentamentos emancipatórios; bem como investigar as manifestações de experiências inclusivas bem-sucedidas.

A metodologia adotada é qualitativa e do tipo estudo de caso, fundamentada em autores como Theodor Adorno, José Leon Crochík e Maria Tereza Égler Mantoan. O estudo inclui entrevistas semiestruturadas, observações e análise documental, no sentido de compreender as tensões no processo de inclusão e propor melhorias com base nas conclusões obtidas. Além disso, busca-se destacar os avanços e as práticas de sucesso existentes. A análise é realizada por meio da triangulação de dados, organizando as informações em categorias e eixos analíticos que consideram aproximações, repetições e distanciamentos. Dessa forma, a pesquisa aprofunda a compreensão do processo de inclusão escolar e estimulará discussões sobre práticas inclusivas e a necessidade de mudanças. O estudo contribuirá para o desenvolvimento de ações e estratégias que promovam uma educação inclusiva mais eficiente, desafiando preconceitos e promovendo a igualdade no ambiente escolar.



Com relação ao objeto de pesquisa, que é a Educação Inclusiva, ressalta-se que, além de possibilitar o acesso ao ensino, o processo de inclusão educacional envolve a transformação da escola comum para que atenda a todos de forma equitativa. A Educação Inclusiva, entendida como uma política voltada para o respeito e valorização das diferenças, exige uma estrutura escolar adaptada, tanto física quanto normativa, além de políticas que assegurem a ampliação do acesso educacional, conforme a legislação vigente. Essa inclusão deve ser direcionada a todos os estudantes, independentemente de deficiência.

A pesquisa concentra-se na inclusão escolar na educação básica, especificamente nas escolas públicas estaduais de Salvador, examinando as tensões desse contexto. O estudo, situado na contemporaneidade e fundamentado em transformações sociais desde os anos 90, tem como objeto a Educação Inclusiva, com ênfase na inclusão de estudantes com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento. A educação inclusiva tem como objetivo assegurar o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os estudantes, independentemente de suas características, em ambientes educativos comuns. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, esse modelo é guiado por princípios de equidade, respeito à diversidade e promoção da cidadania. Embora a implementação dessas diretrizes represente um desafio, é essencial que tanto os membros da escola quanto os gestores públicos se comprometam com o aprimoramento contínuo.

A Teoria Crítica da Sociedade, base teórica fundamental para as análises e considerações, numa perspectiva emancipatória, se caracteriza pela desconfiança daquilo que é aparente no mundo da vida. Desconfia e assim questiona a fim de se aprofundar em busca da verdade.

Os transtornos do neurodesenvolvimento, segundo o DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), são condições neurológicas que afetam a aquisição e o uso de habilidades. A deficiência intelectual, por exemplo, apresenta limitações no funcionamento intelectual e em comportamentos adaptativos, sendo identificável antes dos 18 anos, e impacta o raciocínio e o aprendizado. O transtorno do espectro autista (TEA) é caracterizado por dificuldades na comunicação e na interação social, além de comportamentos restritos e repetitivos, com sintomas que se manifestam desde a infância. O transtorno de déficit de atenção/hiperatividade (TDAH)



envolve desatenção e hiperatividade-impulsividade, interferindo no desenvolvimento do estudante. Os transtornos de aprendizagem acarretam dificuldades significativas em habilidades acadêmicas, como leitura e matemática, sem que haja relação com deficiências intelectuais. Por outro lado, as altas habilidades/superdotação referem-se a indivíduos com habilidades notáveis em áreas como a intelectual ou criativa, identificáveis por desempenho superior ou potencial.

Portanto, é fundamental promover um debate contínuo sobre ações que apoiem as diretrizes da legislação, como a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* (Brasil, 2008), além de incentivar mudanças nos paradigmas escolares e nas práticas educativas. A escolha dos autores para esta pesquisa, tal qual o estudo do tema emerge da percepção de que a exigência do debate constante e de iniciativas que visam transformar as estruturas do ensino e desconstrução de preconceitos são aspectos pujantes para ajudar a melhorar e desenvolver o processo de inclusão educacional das pessoas contempladas pela política específica e o entendimento de que a escola precisa passar por transformações organizacionais e atitudinais. Nesse sentido, a instituição de ensino, a partir de uma estrutura democrática, oferece recursos pedagógicos adequados às necessidades específicas dos estudantes. Outrossim, é essencial que docentes e outros profissionais da área se conscientizem para abraçar as características diversas cognitivas, físicas e sensoriais dos estudantes.

Evidencia-se a importância de o trabalho ser organizado com a articulação das ações efetivas presentes no projeto político pedagógico, diálogo com as secretarias de educação, rede de apoio ao sistema de ensino (centros de formação, universidades, organizações, fundações...) e contar com a participação dialógica dos segmentos que compõem a escola, o que exige cooperação, articulação colaborativa das partes com vistas ao compartilhamento de responsabilidades.

Muitos foram os eventos internacionais, a partir do início dos anos de 1980, que abordaram a questão dos direitos humanos, dentre eles, o acesso à educação para todos de forma igualitária. São importantes para subsidiar o discurso inclusivo, assegurar e garantir direitos como pode ser verificado na *Convenção dos Direitos da Criança* (ONU, Nova York, Estados Unidos, 1983), a *Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais* (ONU, Salamanca, Espanha, 1994), o *Fórum Consultivo para a*



Educação para Todos (ONU, Dakar, Senegal, 2000) que contribuíram para promover e reiterar a educação inclusiva conforme o explicitado:

A educação de alunos com necessidades educativas especiais incorpora os princípios já comprovados de uma pedagogia saudável da qual todas as crianças podem beneficiar, assumindo que as diferenças humanas são normais e que a aprendizagem deve ser adaptada às necessidades da criança, em vez de ser esta a ter de se adaptar a concepções predeterminadas, relativamente ao ritmo e à natureza do processo educativo (Declaração de Salamanca, 1994, p.6-7).

Percebe-se, do exposto acima, que compete à escola adaptar-se às necessidades dos estudantes com deficiência, à vista disso, criar estratégias que assegurem o seu acesso e permanência.

No Brasil, a *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*, documento desenvolvido pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº555/2007, prorrogada pela Portaria nº948/2007, entregue ao Ministério da Educação em 07 de janeiro de 2008, representa um importante marco na Educação Inclusiva do país que norteia as ações escolares no sentido de desenvolver, como também, conduzir o processo de inclusão. O documento se fundamenta na prerrogativa dos direitos humanos e os seus objetivos especificam que a escola comum deve garantir aos estudantes público-alvo do Atendimento Educacional Especializado - AEE, transversalidade da Educação Especial desde a educação infantil até a educação superior, atendimento educacional especializado, participação da família e da comunidade escolar dentre outros.

Importante notar que a referida política se constitui em um marco no processo de inclusão escolar de pessoas com deficiência, transtornos diversos e com altas habilidades. Possibilitou visibilidade destas pessoas e provocou contínuo debate sobre os direitos humanos no tocante às suas necessidades de vida comum e específicas.

Da política nacional, orientadora dos estados e municípios, no âmbito local, cidade de Salvador, as *Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia* (2017) emerge dos anseios dos profissionais ligados à Educação Especial no sentido de criar um documento norteador e base para colaborar com as escolas no sentido de fortalecer ações inclusivas para as pessoas com deficiência, transtornos diversos, altas habilidades/superdotação, estendendo-se às pessoas ligadas a escola na representação dos seus segmentos constitutivos. O trabalho se inicia com uma apresentação dos caminhos e



desafios da educação inclusiva na Bahia ao abranger aspectos históricos, ao longo de anos, quanto ao desenvolvimento de ações configuradas em marcos legais e normativos no contexto dos direitos das pessoas com deficiência. Tece também considerações sobre concepções de Educação Inclusiva/Especial e o respectivo público-alvo no sentido de ofertar a apropriação de conceitos e subsidiar reflexões sobre a temática abordada.

Evoca-se a discussão sobre espaço educacional acessível para todos, assevera-se que a acessibilidade inclusiva não se refere, apenas, aos aspectos físicos, mas também atitudinais, doravante a escola enquanto espaço inclusivo precisa construir a cultura da acessibilidade para a aprendizagem e para a participação de qualquer estudante, independente de suas características individuais (Carvalho, 2006).

Os esforços intelectuais empregados na elaboração das diretrizes abrangem um conjunto de ações pedagógicas que perpassam pelas iniciativas inclusivas, abordagens do atendimento educacional especializado, das salas de recursos multifuncionais, da classe comum e do serviço de itinerância nas escolas. Das especificidades pedagógicas para o público-alvo da Educação Especial, contempla os estudantes com deficiência sensorial, transtornos globais do desenvolvimento e os estudantes com altas habilidades/superdotação. Dentre as normativas, há a premissa legal, com base na *Lei de Diretrizes e Base – LDB n° 9394/96* de que a deficiência não impõe uma educação própria e, desse modo, os programas educativos para o público-alvo da Educação Especial/Inclusiva, devem assegurar as mesmas áreas e as mesmas atividades contempladas nos programas do ensino comum. Porém, as atividades devem ser complementadas ou suplementadas com conteúdo programáticos específicos, estratégias, recursos didáticos pedagógicos e tecnologias, conforme as necessidades educacionais do estudante.

As Diretrizes consideram a articulação da Educação Especial com as modalidades de ensino – Educação de Jovens e Adultos (EJA), profissional, indígena, do campo e quilombola, discorre sobre a formação inicial do estudante para o trabalho, avaliação e certificação, formação docente para a prática pedagógica inclusiva -, professor da classe comum, professor da sala de recursos multifuncionais, professor de Libras, professor de orientação e mobilidade (OM), professor de Educação Física Adaptada - gestor escolar, coordenador pedagógico, técnicos de educação especial – instrutor de Libras, tradutor/intérprete educacional de Libras/Português, guia/intérprete



Libras/Português, instrutor mediador, *brailista* transcritor, *brailista* revisor e profissional de apoio escolar.

As Diretrizes da Educação Especial apresenta-se como um documento amplo e bem alicerçado pois possibilita às escolas elaborar e discutir a vida escolar em direções e bases sólidas em caminhos elucidativos e esperançosos, tendo em vista que, para além do até aqui apontado, abrange diversos tópicos importantes para a dinâmica escolar, a saber: provimento, movimentação e programação dos profissionais da Educação Especial/Inclusiva, aspectos operacionais da matrícula, organização das turmas, recursos financeiros, convênios, parcerias e as competências do sistema estadual de ensino para a Educação Inclusiva. Versa-se de um importante suporte no âmbito das políticas públicas para as pessoas com deficiência, transtornos diversos e altas habilidades/superdotação que parece, ainda não ser bem conhecido e aplicado no cotidiano escolar, convertendo-se para a pesquisa, em fundamental base para estudo e análise de acordo com as premissas empíricas configuradas e pretendidas.

Assim sendo, esta pesquisa focaliza, sobretudo, em pessoas com deficiência e transtornos do neurodesenvolvimento, na busca e identificação de melhorias para o processo de inclusão nas escolas públicas. As dimensões administrativa, aprendizagem, equipe, comunidade, espaço, material e suprimentos são analisadas para avaliar se, em que medida, a escola é inclusiva ou precisa de mudanças. Isso envolve oferecer um atendimento educacional especializado adequado e assegurar que os gestores compreendam as necessidades específicas dos estudantes contemplados pela política inclusiva. Das dimensões tem-se o seguinte:

Dimensão Administrativa: Todas as escolas devem matricular alunos com deficiência. A recusa é um crime, conforme o Art. 8º da Lei nº 7.853/59, punível com reclusão de 1 a 4 anos. O Estado deve fornecer profissionais e equipamentos necessários para esses estudantes, e os gestores escolares devem garantir condições adequadas, oferecer turmas reduzidas e apropriadas com base da legislação específica. A responsabilidade é compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal, que devem colaborar na organização e fiscalização dos recursos e na promoção da diversidade.

Dimensão da Aprendizagem: A presença de estudantes com deficiência (intelectual, sensorial, físico-motora) enriquece a comunidade escolar, promove



solidariedade, respeito e desenvolvimento de habilidades diversas. É essencial adaptar o currículo e a estrutura da escola para atender às necessidades individuais, considerar a flexibilidade das atividades e a colaboração com as famílias e profissionais de saúde. A avaliação deve primar pelo progresso individual e na adaptação das aulas.

Dimensão da Equipe: O gestor escolar deve assegurar que os alunos com deficiência tenham acesso à educação regular e ao atendimento especializado, organizando parcerias com a Secretaria da Educação e solicitando apoio quando necessário. É fundamental promover diálogos constantes com professores, funcionários e familiares, realizando ações formativas e discutindo estratégias para inclusão.

Dimensão da Comunidade: A chegada de alunos com deficiências mais complexas exige diálogo sobre mudanças e adaptações, como a presença de cuidadores e ajustes no ambiente escolar. É necessário enfrentar práticas de *bullying*, preconceito e resistência, no sentido de promover a compreensão da legislação que garante a matrícula e permanência de todos os estudantes.

Dimensão do Espaço: Neste ponto, o gestor precisa buscar recursos e apoio da Secretaria da Educação para garantir a acessibilidade física da escola. O Ministério da Educação disponibiliza recursos específicos, que devem ser administrados com cuidado.

Dimensão de Material e Suprimentos: É importante solicitar a criação de salas de recursos multifuncionais e, enquanto isso não ocorre, buscar apoio em centros especializados e parcerias com universidades e Organizações não Governamentais - ONGs.

Essas dimensões são essenciais para a implementação da Educação Inclusiva e servem como base para a pesquisa, a aprofundar a compreensão e propor melhorias no processo de inclusão educacional. A Educação Inclusiva requer um compromisso constante com a dignidade e os direitos humanos, buscando garantir visibilidade e protagonismo social para todos. Continuemos trabalhando para essa causa com determinação e empenho.

2 Metodologia

Neste espaço deve ser detalhado o percurso metodológico utilizado para o desenvolvimento do trabalho.



A metodologia da pesquisa analisa o processo de inclusão escolar em escolas públicas estaduais de Salvador, abordando aspectos como o tipo de pesquisa a ser realizada, a construção do objeto de estudo, o campo de pesquisa, os critérios de seleção dos participantes, a forma de coleta de dados e a análise do material obtido. Essa abordagem fundamenta-se nas considerações de Minayo (2002), que define a metodologia como um caminho que une pensamento e prática na abordagem da realidade. Para Minayo, a metodologia vai além das técnicas e métodos, englobando a criatividade do pesquisador e a teoria que orienta a investigação. Assim, teoria e metodologia devem caminhar juntas, direcionando o estudo sobre o objeto de pesquisa e suas características.

A inclusão escolar de pessoas com deficiência e transtornos diversos é um tema amplamente debatido. A sociedade enfrenta desafios significativos para sua efetivação, apesar da vasta legislação sobre direitos humanos. Muitas instituições de educação especial precisam ajustar suas práticas ao paradigma da educação inclusiva, que valoriza a convivência e o aprendizado mútuo, respeitando as diferenças.

A educação inclusiva promove o desenvolvimento humano por meio da convivência e da experiência compartilhada. Como argumenta Crochík (2013), essa convivência aprimora as relações humanas, destacando a identificação e a diferenciação sem eliminar as diferenças. Contudo, o preconceito continua sendo um obstáculo à inclusão escolar. A dificuldade de acesso e permanência de estudantes com deficiência na escola comum muitas vezes se relaciona a visões discriminatórias profundamente enraizadas. Adorno (2005) aponta que a semiformação alimenta essas atitudes e exclui o contato com o diferente, reforçando preconceitos e comportamentos violentos.

Em contrapartida, a educação inclusiva é basilar para combater preconceitos e práticas segregadoras. A pesquisa busca revelar, no contexto escolar, estratégias para promover a emancipação coletiva e melhorar a educação com foco na inclusão. Utiliza uma abordagem qualitativa do tipo estudo de caso, investigando as perspectivas efetivas de inclusão nas escolas públicas estaduais de Salvador. Segundo Minayo (2002), essa abordagem é adequada para explorar significados, motivos e atitudes, lidando com aspectos não quantificáveis da realidade social. A análise, por triangulação dos dados, efetiva-se em categorias estabelecidas e eixos analíticos por elementos de aproximação, repetição e distanciamento.



A pesquisa desenvolve-se gradualmente, desde a escolha do objeto de estudo até a formulação de perguntas e a obtenção de respostas. Esse processo, descrito por Minayo como um "Ciclo de pesquisa", envolve criatividade e um ritmo próprio, começando com uma pergunta e terminando com respostas que geram novas questões.

A investigação é conduzida em duas escolas estaduais de Salvador, uma com Sala de Recursos Multifuncionais e outra sem. Inicialmente, foram realizadas visitas para conhecer as unidades e verificar a presença de estudantes com deficiência e transtornos diversos. Após conversar com os gestores das escolas e obter seu consentimento, a etapa seguinte é a coleta de dados. A participação voluntária ocorre com convite a gestores, professores, pais, estudantes (com e sem deficiência) e funcionários. Alguns contatos e entrevistas já foram iniciados. Inclui a participação de sujeitos vinculados à escola, considerando a necessidade de atender aos objetivos do estudo. Os participantes são docentes, um de cada área do conhecimento: ciências humanas, ciências exatas, linguagens e um professor de Educação Física. A escolha do professor de Educação Física se deu em função dos dados relevantes emergidos de pesquisas anteriores sobre violência escolar, que destacaram a prática de *bullying* e intimidação entre estudantes que se destacam em atividades físicas (Crochík, Serra Rufo, Reginaldo, 2023). Também foi incluído um docente que atua em sala de recursos multifuncionais (Escola 1).

No grupo de pais ou responsáveis, cada escola conta com a colaboração de duas pessoas, totalizando quatro indivíduos. Um deles é genitor de um estudante com deficiência, e o outro, de um estudante sem deficiência. Intenta-se ampliar as observações sobre as percepções específicas de pais ou responsáveis em relação às questões abordadas na pesquisa, buscando enriquecer as análises dos dados coletados.

Do corpo de funcionários, há um profissional de cada unidade de ensino. Entre os estudantes, são dois colaboradores: um com deficiência e outro sem deficiência, ambos oriundos do ensino fundamental II e do ensino médio. Em relação ao número de colaboradores entrevistados nas escolas, para este estudo, foram três na Escola 1, além da participação do diretor na Escola 2, totalizando quatro indivíduos. Os nomes dos participantes foram definidos conforme cada escola: na Escola 1, participaram E1F (Funcionária), E1PL (Professora de Linguagens) e E1G (Diretora); na Escola 2, participou E2D (Diretor).



Salienta-se que o projeto de pesquisa foi encaminhado ao Comitê de Ética – Plataforma Brasil, para apreciação, em 10 de maio de 2023, primeira versão, e após solicitação de alguns ajustes, a segunda versão foi enviada em 02 de julho de 2023, tendo sido aprovada em 19 de julho de 2023.

3 Resultados e Discussão

Os nomes das escolas foram mudados para garantir a privacidade, conforme os termos de confidencialidade. Assim, são identificadas como Escola 1 e Escola 2.

A Escola 1, fundada em 1954 pelo Exército, iniciou suas atividades com três salas de aula e atendia, apenas no turno matutino, soldados analfabetos e a comunidade local. Em 1957, com o apoio da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, ampliou seu quadro de pessoal e nomeou sua primeira diretora. Nessa fase, a escola passou a contar com quatro salas e operava em três turnos, atendendo soldados à noite e a comunidade nos turnos matutino e vespertino. Em 6 de fevereiro de 1981, foi regulamentada pela Secretaria da Educação, conforme a Portaria nº 199 publicada no Diário Oficial. Em 1984, com treze salas, um convênio entre a Secretaria da Educação e o Exército transferiu a gestão da escola, que passou a funcionar em um imóvel cedido pela Unidade Militar.

A Escola 1 se destaca por sua proposta de Educação Quilombola, que valoriza as raízes socioculturais do Cabula, em Salvador (BA), e promove a inclusão de práticas culturais locais. A demanda por matrícula é alta, mesmo com a presença de escolas estaduais na área. Desde a adesão ao Programa Mais Educação em 2009, a convivência, o interesse dos alunos e o rendimento escolar melhoraram significativamente, com atividades complementares como letramento, futsal, informática e teatro, além de suporte de monitores-educadores e refeições. Reconhecida por sua segurança e inclusão de estudantes com deficiência, a escola busca oferecer uma educação crítica e inclusiva, enfrentando desafios como evasão escolar e repetência, e funciona em turnos matutino e vespertino, com ensino fundamental II e sala de recursos multifuncionais, destacando-se como referência em inclusão nas escolas públicas da cidade de Salvador.

A Escola 2 foi fundada em 31 de janeiro de 1979, conforme a Portaria nº 715/78, e foi a primeira da região do Cabula a oferecer o ensino médio. Após várias mudanças de gestão e um incêndio que destruiu parte do acervo histórico da instituição,



passou a ter uma grande área, com 14.000 m² no total, sendo 3.000 m² arborizados. Ela possui boa infraestrutura, incluindo salas amplas, quadras, bibliotecas e oferece os ensinos fundamental II e médio nos turnos matutino, vespertino e noturno. No entanto, não conta com sala de recursos multifuncionais e enfrenta dificuldades para atender adequadamente os alunos com deficiência. A gestão solicita apoio da Secretaria da Educação para melhorar o atendimento aos estudantes público-alvo do atendimento educacional especializado.

Para a pesquisa, foram convidados docentes de diferentes áreas, pais de estudantes com e sem deficiência, e funcionários das duas escolas. Entre os estudantes, foram convidados dois participantes, um com deficiência e outro sem, do ensino fundamental II ou médio. A pesquisa será devolvida aos colaboradores conforme recomendado por Ornellas (2011), para fortalecer o compromisso social e evidenciar a importância da pesquisa científica. O primeiro contato para a pesquisa foi realizado na Escola 1, onde a diretora, uma senhora de 53 anos, recebeu o pesquisador e concordou em participar. Após a apresentação do projeto e assinatura dos documentos, foram realizadas quatro tentativas de agendamento para a entrevista, que finalmente ocorreu. Na Escola 2, o diretor, após um encontro inicial com a secretária, também demonstrou interesse em participar da pesquisa. A documentação foi apresentada e a participação do diretor foi confirmada, com entrevistas agendadas para o primeiro semestre de 2024.

Na Escola 2, o diretor apresentou a futura Sala de Recursos, equipada com alguns materiais pedagógicos e uma técnica em educação especial enviada pela Secretaria da Educação.

A primeira entrevistada foi uma funcionária da secretaria, identificada como EIF (Escola 1 – Funcionária). Negra, de 47 anos, com cabelos compridos e uma personalidade alegre, ela prontamente aceitou participar da entrevista. A conversa ocorreu em uma sala reservada, tranquila e bem iluminada. A entrevista começou com a apresentação dos informativos de praxis e foram feitas 19 perguntas. Ela possui formação em Licenciatura em Pedagogia e especialização em Educação Inclusiva. Destacou que a pós-graduação em andamento permite um olhar mais humano e reflexivo sobre as peculiaridades das pessoas com deficiência. Acredita que pessoas autistas, hiperativas e com deficiências diversas requerem atenção diferenciada. Enfatizou a importância da formação continuada para ampliar suas perspectivas profissionais e melhorar o



atendimento a estudantes, professores e responsáveis. Sobre manifestações de descontentamento ou incômodo na comunidade escolar em relação aos estudantes com deficiência, EIF relatou que não percebeu explicitamente, mas notou dificuldade de algumas pessoas em compreender as limitações dos outros. Observou que, nas relações sociais, existe um certo estranhamento e receio quanto à aproximação de colegas com deficiência, embora nem todos apresentem dificuldades nesse aspecto. Ela sugeriu a realização de ações que promovam a inclusão escolar, como debates e esclarecimentos para reduzir o estranhamento e melhorar as relações interpessoais. EIF também notou que, muitas vezes, os estudantes com deficiência ficam isolados nos espaços escolares. Ela acredita que processos educativos podem melhorar as relações interpessoais e a compreensão da deficiência. Sobre a formação, mencionou:

“Eu acho que a inclusão ainda precisa, já melhorou muito, mas tem algumas coisas que ainda precisa. Eu acredito que a qualificação seria importante para todos que trabalham nas escolas, desde a portaria até o professor. É necessário entender o problema do aluno e como lidar com ele adequadamente. Também é crucial que os pais compreendam a necessidade de um tratamento diferenciado e busquem profissionais qualificados para ajudar” (EIF, 2023).

A formação e qualificação são vistas como essenciais para a inclusão escolar de todos os segmentos da escola. A presença de pessoas com deficiência provoca mudanças e, segundo EIF, sua experiência com essas pessoas despertou seu desejo de estudar mais e fazer uma pós-graduação na área. Ela destacou a necessidade de uma sala de recursos multifuncionais e de profissionais capacitados, além de uma convivência diversificada. Em suas palavras:

[...] “nós que estamos recebendo os estudantes com deficiência precisamos ter um olhar diferenciado e um cuidado especial para identificar aqueles que precisam de um tratamento diferente. Precisamos ter esse cuidado e atenção a mais” (EIF, 2023).

Quando questionada sobre o apoio ou resistência da comunidade escolar à inclusão, EIF ficou desconfortável e respondeu:

“É nítido, porque ainda existe preconceito. Algumas pessoas não compreendem as limitações dos estudantes com deficiência e usam termos pejorativos. Mesmo com orientações, o preconceito persiste” (EIF, 2023).



Ela observou que, a despeito das mudanças na escola, o preconceito ainda persiste, evidenciando a necessidade urgente de ações educativas e formativas. A resistência pode vir de alguns professores e funcionários que enxergam o trabalho com estudantes com deficiência como mais trabalhoso. E1F acredita que a formação é fundamental para superar essa resistência.

A segunda entrevistada foi a professora E1PL (Escola 1 – Professora de linguagens), da área de Linguagens e Língua Portuguesa. Negra, de 52 anos, com cabelos curtos e encaracolados, demonstrou entusiasmo pela entrevista, realizada em uma sala reservada e bem iluminada. Iniciou-se com a leitura dos termos documentais e foram feitas 34 perguntas. Ela possui graduação em Letras Vernáculas (Português e Inglês) e especializações em História Afro-brasileira e Indígena e Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Sobre descontentamento em relação aos estudantes com deficiência, E1PL confirmou sua existência, atribuindo-a à percepção de que o trabalho com esses estudantes exige grandes demandas. Destacou a necessidade de formação específica e o desejo dos professores de oferecer uma educação de qualidade. Ela comentou:

“A formação deve ser impulsionada pelo desejo. Se o professor tem o desejo de oferecer uma educação de qualidade, ele busca entender e se preparar melhor para lidar com a diversidade” (E1PL, 2023).

A professora destacou que o desejo é essencial para a educação inclusiva e que contribui para a prática docente. Ela mencionou que, na interação social, o desconhecimento leva ao distanciamento, mas o desejo pode facilitar aproximações. E1PL elogiou a sala de recursos multifuncionais como um ponto seguro que proporciona suporte adicional aos estudantes com deficiência e relatou que os profissionais dessa sala são capazes de observar avanços que às vezes passam despercebidos na classe comum. Em suas palavras:

“Os estudantes na sala de recursos recebem mais atenção e apoio, o que contribui para seu desenvolvimento. Na sala de aula comum, com muitos alunos, o desenvolvimento pode ser menos perceptível” (E1PL, 2023).

A experiência em ambos os ambientes escolares permitiu à professora uma visão mais clara das dificuldades e avanços dos estudantes e a necessidade de articulação



entre os docentes da classe comum e da sala de recursos. Essa articulação é fundamental para a potencializar o processo de inclusão escolar.

A terceira entrevista foi com a diretora geral E1G (Escola 1 – Gestora). Branca, de 53 anos, com cabelos castanhos ondulados e curtos, ela se mostrou contente por conceder a entrevista após três tentativas. A entrevista ocorreu na sala da direção, em um ambiente climatizado e acolhedor. O diálogo começou com a leitura dos termos documentais e foram feitas 27 perguntas. Graduada em Pedagogia, com pós-graduações em Gestão Escolar e Educação Especial, E1G relatou que a escola sempre recebeu estudantes com dificuldades de aprendizagem e deficiências. Inicialmente, a escola tinha uma sala de apoio ao surdo, que foi substituída pela Sala de Recursos Multifuncionais para atender a uma demanda crescente. Ela destacou que a especialização em educação especial foi crucial para sua reflexão e ação como gestora, integrando o Atendimento Educacional Especializado no Projeto Político Pedagógico da escola. Essas ações ajudaram a popularizar a escola como uma instituição inclusiva, aumentando o número de estudantes com deficiência matriculados e gerando mudanças atitudinais. A diretora mencionou a resistência ao processo de inclusão por parte de alguns professores, que às vezes sugerem encaminhar esses estudantes para escolas especiais. Ela acredita que a formação específica e a melhoria salarial poderiam ajudar a superar essa resistência. E1G também observou incômodos relacionados a estudantes com deficiência mais comprometida, exemplificando:

“Temos um caso específico em que alguns professores demonstram medo porque o aluno tem uma situação complexa. Mesmo com um cuidador, ele se expressa com tapas e força física, o que gera receio” (E1G, 2023).

A diretora ressaltou que o estranhamento tende a diminuir com o tempo e que um ambiente agradável e seguro, junto com a preparação adequada das turmas e ações da sala de recursos, potencializa o processo de inclusão, mesmo diante de resistência.

O aprofundamento analítico da pesquisa dar-se-á por meio da apreciação e discussão com todos os participantes entrevistados, incluindo docentes, responsáveis e estudantes. A investigação sobre inclusão escolar revela limites e desafios que demandam atenção nas duas instituições abordadas. Apesar dos avanços observados, como a implementação de Salas de Recursos Multifuncionais na Escola 1 e os benefícios do



Programa Mais Educação, persiste a resistência e o preconceito, especialmente na Escola 2, que carece de infraestrutura adequada para atender às necessidades de estudantes com deficiência. Esses fatores evidenciam uma lacuna na formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o que torna imperativa a necessidade de programas de capacitação que abordem a diversidade e as práticas inclusivas de maneira mais efetiva. Para novos desdobramentos de pesquisas, recomenda-se investigar as percepções dos responsáveis e estudantes sobre a inclusão, além de explorar intervenções específicas que possam reduzir o preconceito e promover a convivência harmoniosa entre estudantes com e sem deficiência. Ademais, estudos que analisem a eficácia de programas de formação continuada e as condições estruturais nas escolas podem fornecer subsídios importantes para a construção de um ambiente educacional mais inclusivo e equitativo.

4 Considerações Finais

A pesquisa sobre inclusão escolar na educação básica, realizada nas escolas públicas estaduais de Salvador, revela tensões e desafios significativos no processo de educação inclusiva. A análise das duas instituições selecionadas mostra avanços importantes, mas também áreas que requerem atenção.

Na Escola 1, os progressos se destacam, especialmente na implementação de práticas inclusivas e na presença de Sala de Recursos Multifuncionais. Essa escola se empenha no processo de inclusão, refletindo-se em sua abordagem pedagógica e no apoio oferecido aos estudantes com deficiência, como demonstrado também pelo Programa Mais Educação. A experiência positiva da Escola 1 indica que, com infraestrutura e suporte adequados, é possível alcançar uma educação inclusiva conforme preconizado pela política educacional.

Por outro lado, a pesquisa revela tensões persistentes que dificultam esse processo. Na Escola 2, a ausência de uma Sala de Recursos Multifuncionais limita a equipe escolar, que carece de suporte para atender às necessidades de estudantes com deficiência e transtornos diversos. Além disso, a resistência à participação no atendimento educacional especializado e o preconceito de alguns professores evidenciam uma lacuna na formação e sensibilização sobre a diversidade das necessidades desses estudantes. A análise também aponta a inadequação da formação inicial de certos profissionais da



educação, que muitas vezes não os prepara adequadamente para lidar com a diversidade. A necessidade de formação continuada e especializada torna-se um ponto central para superar os entraves identificados, ressaltando a importância de uma abordagem pedagógica flexível e adaptada. Os desafios estruturais e a falta de recursos adequados afetam a dinâmica escolar. A diferença nas práticas inclusivas entre escolas com e sem Salas de Recursos Multifuncionais reforça a importância desses espaços para o acompanhamento adequado dos estudantes. A pesquisa enfatiza a necessidade de um compromisso contínuo com a melhoria da infraestrutura e dos recursos pedagógicos, além da colaboração entre docentes, famílias e profissionais especializados. Isso remete ao papel do gestor público nas esferas federal, estadual e municipal, que deve garantir a aplicação das diretrizes e legislações sobre educação inclusiva.

Portanto, apesar dos avanços na inclusão escolar, as tensões identificadas mostram que o processo é complexo e exige esforço constante. Investimentos na formação de profissionais, adequação das práticas pedagógicas e melhoria da infraestrutura escolar são fundamentais para possibilitar uma educação mais inclusiva. É necessário também enfrentar as diversas formas de preconceito e violência presentes na sociedade, que se manifestam nas escolas. A pesquisa busca contribuir para a compreensão desses desafios e oferecer subsídios para o desenvolvimento de estratégias e ações que promovam uma educação mais equitativa e respeitosa para todos os estudantes.

Referências

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Teoria da Semicultura. *In*: ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Primeira Versão**. Editor: Nilson Santos. Porto Velho: Edufro, 2005. 19 p. Disponível em: http://www.primeiraversao.unir.br/atigos_pdf/191_.pdf. Acesso em 15 de julho de 2024.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. Tradução Maria Inês Corrêa Nascimento et al. Revisão técnica Aristides Volpato Cordioli et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BAHIA. **Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia**. Salvador, BA: Secretaria da Educação, 2017. 148 p. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoespecial1>. Acesso em 10 de junho de 2024.



BRASIL. **Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas**. Brasília, DF: 1994. 17 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. 19 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf> . Acesso em 20 de julho de 2024.

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 1996. 64 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em 7 de maio de 2024.

CARVALHO, Rosita Edler; et tal. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**, 4ª Edição, Porto Alegre, ed. Mediação, 2006. 176 p.

CROCHÍK, José Leon ...[et al.]. **Inclusão e discriminação na educação escolar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013. 168 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. *In*: DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. 22ª edição. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 9-15.

ORNELLAS, Maria de Lourdes. **[Entre]vista: a escuta revela**. Salvador: EDUFBA, 2011. 95 p.

SERRA RUFO, Dora., DA SILVA REGINALDO, Fabiane, CROCHIK, José Leon. (2023). Bullying , maus-tratos e desempenho escolar. *In* **Teoria E Prática Da Educação**, 26(1), e67926. <https://doi.org/10.4025/tpe.v26i1.67926>